

***I I SEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE  
APLICADA AO SETOR PÚBLICO  
LAVRAS – MG  
19 E 20 SETEMBRO 2019***



**FÓCO NO QUE CONTA:  
INOVAR PARA EVOLUIR**

# ***RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO NO SETOR PÚBLICO***

***Contador  
Sandro Lobo Araújo  
Membro do GET do Setor  
Público -CRC MG***

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

## **• A CONTABILIDADE E O SETOR DE PATRIMÔNIO**

- O SETOR DE PATRIMÔNIO É EFICIENTE?  
OU EXISTE DE FATO?
- TEMOS ESTRUTURA ?
- TEMOS PESSOAL QUALIFICADO?
- TEMOS UM SISTEMA IMPLANTADO E  
INTEGRADO À CONTABILIDADE?
- ASSIM COMO CUMPRIR A LEI E A  
INOVAÇÃO DA LEI? “MCASP”/PCASP



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***



caso com o patrimônio  
blico.



  
**PREFEITURA  
ACOPIA**  
Assessoria de Comunicaç

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO





# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

## **• PILARES DO CONTROLE PATRIMONIAL:**

➤ **PESSOAS**

➤ **SISTEMAS**

➤ **PROCESSOS**



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

- **Características**
- **Qualitativas**
- **da Informação**
- **Contábil**

**Relevância**

**Representação Fidedigna**

**Compreensibilidade**

**Comparabilidade**

**Tempestividade**

**Verificabilidade**

**Restrições**

**Materialidade, custo-benefício e equilíbrio das  
características**

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

## **• EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL**

- 1. LEI 4.320/64 17/03/1964**
- 2. LEI COMPLEMENTAR 101- LRF 04/05/2000**
- 3. Orientações Estratégicas para a  
Contabilidade Aplicada ao Setor Público no  
Brasil –CFC /2008**
- 4. PORTARIA STN 634/2013**
- 5. PORTARIA STN 548/2015**
- 6. MCASP/2019/PORTARIA STN Nº 877, DE 18  
DE DEZEMBRO DE 2018**



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

- **A Lei 4.320/64 estabelece :**

- **Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente...**
- **Art. 95. A contabilidade manterá registros *sintéticos* dos bens móveis e imóveis.**
- **Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa**

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

## **• DEFINIÇÕES DE ATIVO IMOBILIZADO**

- BENS MÓVEIS**
- BENS IMÓVEIS**
- VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL**
- CLASSE DE ATIVO IMOBILIZADO**
- CUSTO DO ATIVO**
- VALOR JUSTO**



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

- **DEFINIÇÕES DE ATIVO IMOBILIZADO**

- **DEPRECIAÇÃO**
- **VALOR DEPRECIÁVEL**
- **EXAUSTÃO**
- **VALOR RESIDUAL DE UM ATIVO**

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

- **A L.R.F /101/2000 ESTABELECE:**
- Da Preservação do Patrimônio Público:
- Seção II- Da Preservação do Patrimônio Público
- Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:
- § 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

- **Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil –CFC /2008**
- Possuem o objetivo principal de reafirmar a condição da Contabilidade aplicada ao Setor Público como ciência e seu objeto de estudo: **o patrimônio público**. Dentre elas:
  - b) implementação de procedimentos e práticas contábeis que permitam o **reconhecimento, a mensuração**, a avaliação e a evidenciação dos elementos que integram o patrimônio público;

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

- **PORTARIA Nº 634, DE 2013**

- **DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS**

- Art. 6º Os Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP compreendem o **reconhecimento, a mensuração**, o registro, a apuração, a avaliação e o controle do patrimônio público.
- Art. 7º As variações patrimoniais devem ser registradas pelo regime de competência, **visando garantir o reconhecimento de todos os ativos e passivos das entidades que integram o setor público**, convergir a contabilidade do setor público às NBC TSP e **ampliar a transparência das contas públicas**.



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

- **Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.**
- **Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.**



# I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

A seguir, apresenta-se um Quadro Resumo com todos os prazos apresentados neste tópico do presente Documento ordenados segundo a **ordem cronológica para os Municípios com mais de 50 mil habitantes.**

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)



# I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

redução ao valor recuperável.			
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.		
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.		
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.		

# I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

A seguir, apresenta-se um Quadro Resumo com todos os prazos apresentados neste tópico do presente Documento ordenados segundo a **ordem cronológica para os Municípios com até 50 mil habitantes**.

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)



# I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

patrimônio cultural e de infraestrutura)			
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	31/12/2023	01/01/2024	2025 (Dados de 2024)
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	31/12/2023	01/01/2024	2025 (Dados de 2024)
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.		
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.		
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.		

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

## **• RECONHECIMENTO**

- A entidade deverá aplicar o **princípio geral de reconhecimento para todos os ativos imobilizados** no momento em que os custos são incorridos, incluindo os custos iniciais e os subsequentes.
- **Antes** de efetuar a avaliação ou mensuração de ativos, faz-se necessário o reconhecimento do bem como ativo.



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

- a) Critério do Valor do Conjunto
- b) Ativos Imobilizados Obtidos a Título Gratuito
- c) Bens de Uso Comum do Povo=
- ( **Ativos de Infraestrutura e Bens do Patrimônio Cultural** )
- d) Custos Subsequentes
- e )Transferência de Ativos

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

## **• Reconhecimento e Desreconhecimento do Ativo**

- Um ativo deve ser reconhecido quando:
  - a. Satisfizer a definição de ativo; e
  - b. Puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação contábil.



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

## **• Reconhecimento e Desreconhecimento do Ativo**

- **Desreconhecimento:** baixa de um elemento previamente reconhecido, por meio da avaliação acerca de mudanças que justifiquem a remoção do elemento.

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

## **• MENSURAÇÃO**

- É a constatação de valor monetário para **itens do ativo e do passivo** decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas, realizando os devidos ajustes no balanço patrimonial.



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

## **• MENSURAÇÃO**

### **• Valor justo (fair value)**

- É o valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado.

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

## **• Mensuração Após o Reconhecimento**

- A entidade deve mensurar esses itens escolhendo entre o **Modelo do Custo** - onde o item do ativo é evidenciado pelo custo menos qualquer depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas, ou pelo **Modelo da Reavaliação**.



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

## Bases de mensuração dos ativos

Base de mensuração	Descrição	Entrada ou saída	Observável, ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Valor para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade

# I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

## Bases de mensuração dos passivos

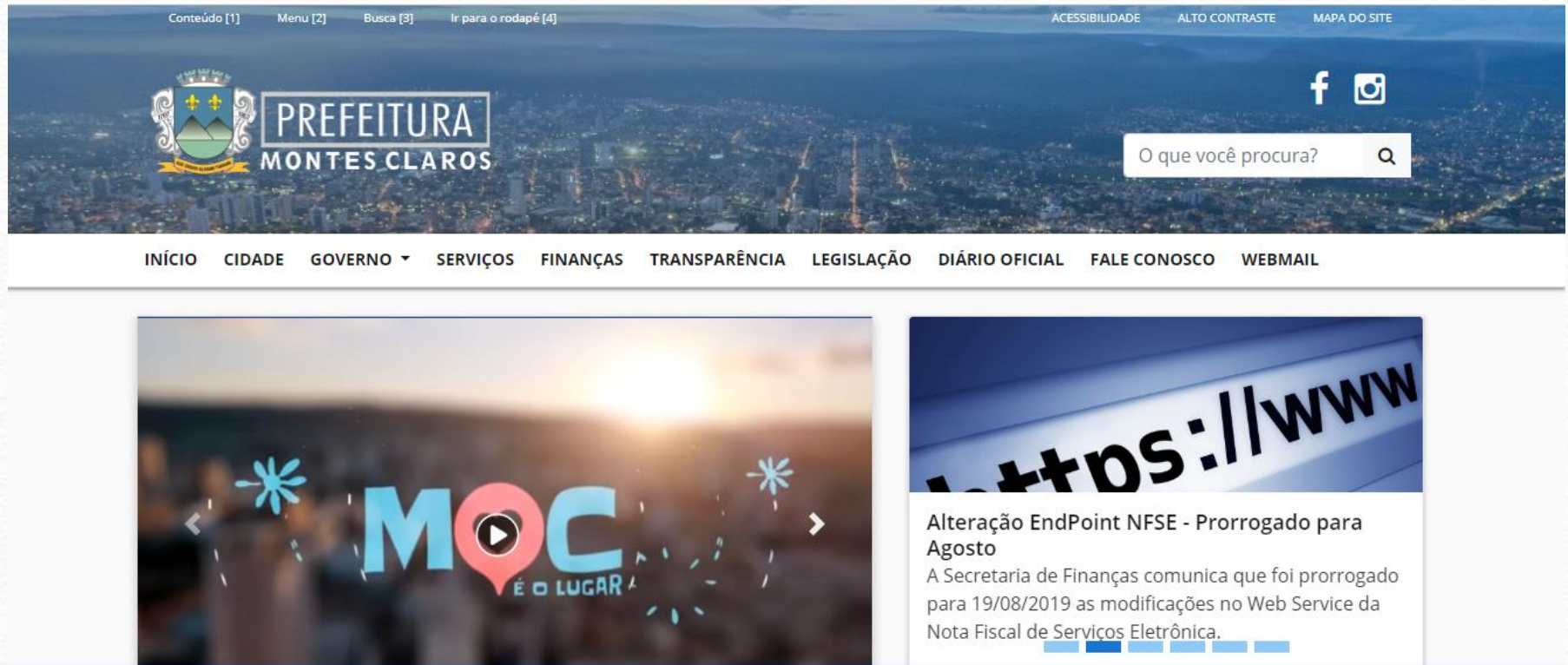
Base de mensuração	Descrição	Entrada ou saída	Observável, ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Importância recebida para se assumir uma obrigação, a qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou ao valor de outra importância recebida à época na qual a entidade incorreu no passivo.	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Custo de cumprimento da obrigação	Custos nos quais a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo, assumindo que o faz da maneira menos onerosa.	Entrada	Não observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)		Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

- **CASOS PRÁTICOS DOS  
PROCEDIMENTOS DE  
IMPLANTAÇÃO E**
- **DEMONSTRAÇÃO DE  
LANÇAMENTOS NOS  
SISTEMAS CONTÁBEIS  
PATRIMONIAIS**

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***





# I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

**Município de Montes Claros – MG**  
**Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão**

**Portaria/SEPLAG, nº. 22, 09 de julho de 2019**

**INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE PARA LEVANTAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, DESIGNA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 99, inciso II, alínea "e" cumulado com o parágrafo único do mesmo artigo da Lei Orgânica Municipal e considerando a expedição do Decreto de Delegação de Poderes, n.º 3.470, de 04 de janeiro de 2.017 e,

**CONSIDERANDO**, o disposto na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 que dispõe sobre o levantamento físico e financeiro das unidades administrativas;

**CONSIDERANDO**, a recomendação exarada no relatório elaborado pela Comissão Especial Inventariante de Bens Móveis e Imóveis do Exercício Financeiro de 2018, no tocante a instituição de Comissão Permanente para Levantamento do Patrimônio;

**CONSIDERANDO**, que compete ao Secretário Municipal de Planejamento e Gestão a coordenação, planejamento, controle e execução do sistema de patrimônio da Administração Direta;

**CONSIDERANDO**, finalmente, a necessidade de realização de inventário físico/financeiro de bens móveis e imóveis do Município de Montes Claros, a fim de buscar a avaliação inicial, regularização das informações patrimoniais e confecção do inventário físico-financeiro.

**RESOLVE:**

**§5º** – A Comissão ficará subordinada diretamente ao Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

**Art. 3º** – Compete a Comissão:

**I** – Conferir o cadastro existente do Setor de Patrimônio com os bens existentes em todas as unidades administrativas;

**II** – Realizar o levantamento físico dos bens patrimoniais;

**III** – Atualizar a descrição dos bens constantes no cadastro atual;

**IV** – Elaborar calendário de inventário anua definindo o cronograma para sua execução e providenciar a sua divulgação;

**V** – Coordenar os trabalhos de realização do levantamento físico dos bens patrimoniais;

**VI** – Realizar o levantamento físico dos bens patrimoniais;

**VII** – Atualizar, no Sistema Gestão Patrimonial as informações sobre os bens municipais;

**VIII** – realizar análise depreciativa dos bens móveis, para atualização do valor financeiro do patrimônio;

**IX** – Analisar as divergências encontradas e regularizar as informações, realizando, se necessário, transferências, baixas, incorporações e modificações de números de RP, dentre outros

**X** – Solicitar aos responsáveis pelos respectivos setores documentos comprobatórios de transferências ou baixas de bens;

**XI** – Realizar em conjunto com o Setor de contabilidade e patrimônio a avaliação inicial dos bens móveis;

**XII** – Elaborar inventário final referente ao exercício financeiro de 2019, que será entregue mediante termo de responsabilidade.

**Art. 4º** – Os membros da Comissão são responsáveis, subsidiariamente, com o servidor pelo desaparecimento de qualquer bem municipal

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Instituir a Comissão Permanente para Levantamento dos Bens Móveis e Imóveis do Município de Montes Claros, cuja a finalidade será a avaliação inicial e regularização das informações patrimoniais, reavaliação, acompanhamento e elaboração do inventário dos bens.

**§1º** – A Comissão deverá apresentar relatórios à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos em até 150 (cento e cinquenta) dias, a partir de sua criação, para o acompanhamento e fiscalização dos trabalhos, a fim de se garantir o êxito da execução das atividades;

**§2º** – O Inventário físico patrimonial deverá ser entregue até o dia 28 de dezembro do corrente ano.

**Art. 2º** – Ficam nomeados para compor os quadros da Comissão os seguintes servidores:

**I** – Edson Rodrigues Gouveia – Assessoria de Comunicação;

**II** – Daniel Afonso Silva de Almeida – Controladoria-Geral;

**III** – Carlos Eduardo Ferreira de Brito – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

**IV** – Emílio Rodrigues Nogueira – Secretaria Municipal de Esporte e Juventude;

**V** – Sérgio Mario Leal Silva – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;

**VI** – Alceu Gonçalves das Neves – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimentos;

**VII** – Soraya Cristina Figueiredo e Assunção – Secretaria Municipal de Educação;

**VIII** – Marcos Afonso Ribeiro Nobre – Secretaria Municipal de Saúde;

**IX** – Reinaldo César Sandes – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

**X** – Helenice Beatriz Pimenta de Carvalho – Secretaria Municipal de Defesa Social;

**XI** – João Batista Ferraz – Procuradoria-Geral;

**XII** – Ismar Gomes Santos – Secretaria Municipal de Cultura;

**XIII** – Odilon da Paixão Maia – Chefe de Gabinete do Prefeito;

**XIV** – Hosana da Cruz Soares – Secretaria Municipal de Finanças;

**XV** – Edson Santos Lopes – Secretaria Municipal de Articulação Política e Administração Regional;

**XVI** – Suelli Teixeira de Freitas Oliveira – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento

responsáveis, subsidiariamente, com o servidor, pelo desaparecimento de qualquer bem municipal dentro de sua respectiva secretaria de lotação ou de qualquer bem que lhe tenha sido confiado, assim como por dano que causar ou para o qual contribuir, por ação ou omissão, mediante apuração através de procedimento a ser instaurado pela Corregedoria-Geral.

**Art. 5º** – A Comissão terá pleno acesso a todas as unidades administrativas onde se encontram os bens municipais, cabendo ao responsável pela unidade os meios necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

**Parágrafo Único** – O Presidente da Comissão poderá solicitar a indicação de servidor, de cada unidade, para acompanhamento e auxílio do levantamento de bens a ser realizado.

**Art. 6º** – A Coordenadoria do Núcleo de Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão deverá providenciar memorando aos Secretários das pastas que tenham servidores envolvidos, solicitando a liberação dos mesmos, nos horários necessários à participação nos trabalhos da presente Comissão.

**Art. 7º** – As situações não abarcadas por esta Portaria serão dirimidas pelo Secretário Municipal de Planejamento e Gestão e encaminhadas, se necessário, à Procuradoria-Geral do Município.

**Art. 8º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Montes Claros (MG), 09 de julho de 2019

**CLÁUDIO RODRIGUES DE JESUS**  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

**Município de Montes Claros – MG**  
Procuradoria – Geral

Portaria/SEPLAG, nº. 23, 10 de julho de 2019



# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***





# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

Portal screenshot showing a news article titled "Prefeito Humberto Souto assina acordo para construção da nova sede da Prefeitura" (Mayor Humberto Souto signs agreement for construction of the new city hall). The article is dated 26/02/2019 - 16:33 and includes the text: "ASCOM | Direção: Mateus Maia | Texto: Bruno Albernaz | Fotos: Fábio Marçal".

The page also features a sidebar with "ACESSO RÁPIDO" (Quick Access) links:

- >> Contracheque
- >> Nota Fiscal Eletrônica
- >> Central de Concursos
- >> Diário Oficial
- >> EDUCAMOC
- >> Secretaria de Finanças

A "VER TODOS" button is located below the quick access links.

The "ÚLTIMAS NOTÍCIAS" (Latest News) section shows a preview of "Prefeitura realiza 2º Simulado Prova Brasil" (City Hall holds 2nd Simulated Prova Brasil) dated 18/09/2019.

# ***I SEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***





# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES  
CLAROS – PREVMOC**

**PORTARIA Nº 024/2018**

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS  
DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E  
LEVANTAMENTO PATRIMONIAL NO ÂMBITO  
DO PREVMOC.**

O Presidente do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros/MG – PREVMOC, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos dispositivos da Lei nº 028, de 08 de julho de 2010, em perfeita consonância com a Lei 3.175/2003 e do Decreto Municipal nº 2.891, de 10 de janeiro de 2013;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear, para compor a Comissão de Avaliação e Levantamento Patrimonial do PREVMOC, os seguintes servidores:

**Parágrafo Único.** A presidência da Comissão ficará a cargo do Servidor **RUBEN LEONARDO NUNES LOURENÇO**.

**Art. 2º.** Compete à Comissão de Avaliação e Levantamento:

- I – Programar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao patrimônio do PREVMOC;
- II – Promover a avaliação e controle dos bens integrantes do acervo do Instituto, através de seu cadastro e de relatórios de situação sobre sua alteração enviada pelo setor contábil;
- III – Realizar levantamentos periódicos,
- IV – Realizar o inventário anual dos bens patrimoniais,
- V – Realizar o registro dos responsáveis por bens integrantes do patrimônio,
- VI – Avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo e reposição,
- VII – Informar ao setor contábil e ao controle interno do PREVMOC, as alterações e transferências ocorridas no cadastro patrimonial,
- VIII – Realizar outras atividades correlatas.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação que será feita por afixação.  
Montes Claros/MG, 27 de fevereiro de 2018.

# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***





# ***I ISEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***

***• “EXISTE UMA ÚNICA COISA  
QUE NINGUÉM PODERÁ FAZER  
POR VOCÊ: A SUA PARTE.”***

***• RICK CHESTER***

***• OBRIGADO MEU DEUS!***

OBRIGADO A TODOS  
PELA ATENÇÃO

Contador

Sandro Lobo Araújo



[sloboaraujo.contador@gmail.com](mailto:sloboaraujo.contador@gmail.com)

fone (38) 99831-9418